

## **Etnografando orfeu afro-brasileiro**

Júlio César Tavares<sup>1</sup>

**HANCHARD, Michel G.. Orfeu e poder. Rio de Janeiro : Ed. Uerj, 200.  
243 pp.**

### **Prólogo à história do presente: do racismo multicultural**

O fortalecimento da classe média negra e a expansão de um conjunto de políticas de cidadanização do afrobrasileiro (como as denúncias das práticas de exclusão racial, os “S.O.S. Racismo” que se multiplicaram em vários estados durante os anos 90, e, mais recentemente, a política de ação afirmativa) contribuíram, ainda mais, para reforçar o projeto de identidade dos afrodescendentes. Há séculos em andamento, embora sempre em ritmo desigual, estas políticas de cidadanização podem ser exemplificadas nas propostas de cotas para estudantes negros nas universidades e empregos públicos (UERJ, ministérios da Justiça e o ministério do Desenvolvimento Agrário) ou nas políticas de impacto gerencial do Bank Boston, Xerox, Monsanto, entre outras corporações. Para consubstanciar este complexo cenário de diversidade nos ambientes comunicativos, assistimos a emergência, na última década, de uma juventude negra forjada na ebulição dialética entre o local e o global e temperada pela cultura hip-hop (estética e política da globalização da cultura negra). Esta juventude negra tem formulado uma atitude crítica à dupla violência no cotidiano das favelas e dos grandes centros urbanos, através de performances que reúnem dança, ritmo e poesia, coloquialmente denominados de ataques. Estes ataques performáticos, verdadeiramente novas ‘formas de vida’, na linguagem de Wittgenstein, tem motivado a transformação de contextos cognitivos, comunicativos e culturais de seus agentes e público, ao cultivar a explosão de uma conduta crítica tanto ao comportamento da polícia, quanto do narcotráfico.

Vê-se, hoje, que este fenômeno da produção da presença e da visibilidade dos afrodescendentes no cenário político dos grandes centros urbanos, tem conduzido ao abandono de uma linguagem reativa e reivindicativa em favor de uma linguagem cada vez mais proposicional. Emerge, assim, uma conjuntura étnico-política que dissemina proposições, antes enunciadas, preferencialmente por lideranças. Hoje, aquelas proposições multiculturais, compensadoras das desigualdades, são evocadas em políticas públicas ou em iniciativas espontâneas de corporações privadas. E, estas últimas, inclusive, interessadas na promoção de mudanças na cultura organizacional, adotam radicais políticas de diversidade social, que, além do marketing social decorrente, tem se motivado um profundo impacto no perfil cultural brasileiro e um saudável resultado na produtividade corporativa.

Todavia, apesar das recentes medidas anunciadas pelos ministérios e instâncias governamentais, favoráveis às políticas de afirmação da população afro-brasileira (mais

---

<sup>1</sup> **Julio César Tavares** é doutor em antropologia (Universidade do Texas, Austin), professor do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação e do Departamento de Comunicação Social do Instituto de Artes e Comunicação Social, da Universidade Federal Fluminense.

da metade da população brasileira), não encontramos fora do contexto performático sócio-cultural criado por esta juventude negra e seus aliados (certos jovens não-negros moradores em bairros de classe média e/ou moradores na periferia e favelas que testemunham as atrocidades do aparato policial), um amplo e sério debate no âmbito acadêmico a cerca desta luta empreendida pelos dos cidadãos negros. A inteligência brasileira, com raríssimas exceções --só para citar duas delas, destaco os nomes de Luis Felipe de Alencastro e José Murilo de Carvalho--, adota, mais uma vez, em relação à problemática racial no Brasil, a velha política de esconder “cordialmente” a cabeça mas, deixando o rabo colonizado aparente. A intelectualidade se profissionalizou velozmente, e como não temos um time de intelectuais públicos, os intelectuais brasileiros ainda não se alertaram para a força mobilizadora da consciência étnica no Brasil e as desastrosas conseqüências advindas da omissão face à tão crucial dilema, pois, a democracia brasileira não se completara sem a incorporação do negro como cidadão presente em todas as esferas da sociedade.

É de se supor, portanto, que, este é o momento que se viabiliza a primeira grande política social pós-abolição. Todavia, esta estratégia claramente direcionada para a população de descendente de africanos, encontra-se divorciada de um forte projeto de ética anti-racista e, conseqüentemente, de uma substantiva pedagogia política.

A despeito da forma silenciosa com que se realizam as conquistas neste campo, a mencionada ausência começou a ser corrigida com a publicação do livro de Michael Hanchard, *Orfeu e o Poder*, pela Editora UERJ, em julho de 2001. Trata-se de uma importante ferramenta de trabalho para enriquecer ainda mais o campo dos estudos sobre o negro brasileiro e ampliar o horizonte conceitual de tão intrincado problema, como é o racismo, e que compromete a realização da democracia no plano do cotidiano.

Originalmente planejado como tese de doutoramento no Departamento de Ciência Política da Universidade de Princeton, em New Jersey nos Estados Unidos, o livro deste jovem cientista político, agora traduzido para o nosso idioma, preenche um vazio na área de política e ética do cotidiano. Além de servir como um importante material empírico e conceitual para que o militante, o estudioso e o cidadão. O livro de Hanchard equipa-nos para analisar e criticar o papel das forças sociais na constituição do campo político e do imaginário coletivo. A pesquisa de Michael Hanchard, também provoca inquietações que orientam a formulação das seguintes perguntas: seria a luta antiracista no Brasil parte de um processo mundial, panafricano, ou, seria apenas a expressão de exclusão social? Como compreender o naufrágio permanente de intelectuais e formadores de opinião na retórica da excepcionalidade do racismo brasileiro? Por que não existiu um movimento negro sistemático no Brasil nos moldes do dos Estados Unidos, quando a população brasileira é, oficialmente, composta por 48% de negros, enquanto a população negra Americana é, também oficialmente, de 13% da população total dos Estados Unidos?

Face a relevância desta pesquisa, me seria impossível resenhar o livro citado sem considerar as implicações teóricas e metodológicas ensejados pelo autor, em especial, aquelas que promovem análises de processos de comunicação e interação social cotidiana. Se se considera que os media, hoje, complementam as tarefas irradiadas pelo regime de hegemonia vigente, mais que resenhar, torna-se necessário enunciar e discutir o lugar desde onde o material lançado por Hanchard é elaborado.

## **I - Supremacia racial, negritude e democracia**

O livro de Hanchard é, sobretudo, uma análise das formas possíveis de manifestação do poder, entendendo a supremacia racial como uma destas formas. Daí que, desmontar o processo de construção da supremacia política e predominância econômica do grupo branco (conforme enunciara Florestan Fernandes), de origem euro-brasileira, sobre a maioria da população negra, é o objetivo maior da empresa de Michael Hanchard. Para que tal empresa se efetive, criativamente, aplica e desenvolve a teoria da hegemonia de Antonio Gramsci, teórico conhecidíssimo do leitor brasileiro, e que, há muitos anos, influencia, através de seus escritos e ensaios, uma legião de pensadores e analistas na Europa, Estados Unidos, México e América do Sul. O aspecto inovador da teoria de Gramsci encontra-se na sua ênfase aos aspectos originados no campo da subjetividade (superestrutura) que, por ele é considerada tão importante quanto os fatores objetivos ou infraestruturais da organização da sociedade.

A reflexão de Michael Hanchard toma o conceito de hegemonia emprestado de Gramsci para demonstrar como certos mecanismos exclusionários instituíram um regime de hegemonia racial e, como tal regime se transformou em eficiente instrumento de poder das elites no Brasil. Diferentemente do que estamos assistindo recentemente, nos anos setenta e oitenta, a luta pela construção da democracia se aprofundava com a exponencialização dos movimentos e entidades da sociedade civil. Em belíssimas páginas escritas através das mobilizações nas ruas, aquele período foi marcado pela ofensiva de uma grande aliança política em direção à uma democracia nacional. Michael Hanchard, em seu trabalho, não somente testemunha o desenvolvimento desta contribuição, advinda dos vários grupos sociais, mas, sobretudo, insere o movimento negro nacional no campo das lutas pelas liberdades democráticas, fato que oferece originalidade ao seu trabalho como acrescenta ainda maior significado àquela singular ação social.

A pesquisa de campo, conforme se apresenta, indica-nos um pesquisador em contato com os mais variados grupos de militância negra no Rio de Janeiro e São Paulo. Sua participação se fez também presente na famosa passeata dos 5000 cidadãos, negros em sua esmagadora maioria, que, no Rio de Janeiro, em 1988, em frente ao monumento de Duque de Caxias --patrono do Exército Brasileiro-- protestaram contra as atitudes daquele “herói” imperial, como parte das manifestações do Centenário da Abolição, nem tanto pelas atrocidades nas guerras de expansão do império brasileiro, mas sobretudo por se tratar de um escravocrata. O “estar-lá” de Michael Hanchard, revela um pesquisador-participante que compartilhava, com sua disponibilidade o cotidiano da militância e negociava a sua experiência afroamericana no plano internacional. Este aspecto, em certo sentido, afirmara aquele contexto da militância como um ambiente, tipicamente, pan-afrodiaspórico.

E não poderia ser de outro modo. A vivência multiracial para este cientista político, faz parte de sua prática social, ela mesma compreendida como uma experiência sensorial, na qual todos os órgãos se manifestam, em especial, a própria pele. Por isso, “Orfeu e o Poder” é fruto de uma atividade que combina atitude emocional e intelectual, e, deste modo, situando-se como uma contribuição acadêmica, em posição pioneira e ameaçadora para alguns pesquisadores brasileiros, especialmente, aqueles que insistem em enunciar o negro a partir de um lugar outro, de onde emanam as vibrações do imaginário colonial e o seu corolário: a atitude colonizada, objetivada pelo território étnico-político euro-ocidental. Tais lugares são responsáveis por promover o ainda prevalecente discurso da cordialidade dissimulativa e conciliatória como primeira, absoluta e única analítica para os estudos étnicos e raciais. Contra este provincianismo

colonial e eurocêntrico a análise política de Michael Hanchard revela a possibilidade de se olhar para as questões raciais como relevante parte do jogo de poder na sociedade brasileira.

## **II – Etnografia como metodologia**

Para enunciar a supremacia do paradigma da cordialidade dentro da academia, Hanchard usa-se dos resultados apresentados em “Orfeu e Poder” para contrapor-se àquele paradigma. Neste caso, vale-se da etnografia, um tipo de metodologia que traduz a vivência cotidiana e a paixão do observador participante, combinadas com o tempero de um vigoroso olhar crítico, realista e analista. Derivada da clássica ferramenta das chamadas ciências de campo e da descrição, a etnografia consiste em viver a experiência do campo intensamente, registrando em um caderno de notas tudo o que se observa, conforme a tradição de geólogos, zoólogos e biólogo. A etnografia ganha fôlego com a antropologia, e, em especial com Malinovski, na sua experiência nas ilhas Trobriandesas, no Pacífico. Mas, é só recentemente que, através dos estudos culturais e da crítica pós-moderna, a etnografia adquiriu protocolo de metodologia de trabalho em domínio público, e, desde os anos oitenta, tem sido largamente utilizada por educadores, psicólogos, cientistas políticos, sociólogos e assistentes sociais nos Estados Unidos e em todo mundo. Poderíamos traduzir etnografia como a prática de convívio que subentende a prática do ouvir, de ver e escrever o Outro, e que, de maneira bem dosada, permite que ambas práticas se articulem em teoria e crítica, conforme nos define Roberto Cardoso de Oliveira. Na sua formatação contemporânea, denominada de pós-moderna, a ação etnográfica está acrescida da revelação do contexto psíquico-biográfico do pesquisador, isto é, do lugar daquele que enuncia a pesquisa e seu confronto com a experiência. É a partir desta intervenção que Michael Hanchard desenvolve a sua reflexão e exercita a sua sujeição ao objeto que decidira investigar, para dele extrair vivência e experiência com grupos de militantes negros ao participar de suas discussões, seus congraçamentos, suas ações e as reflexões estratégicas.

Deste modo, Michael Hanchard quebra o jejum das etnografias de movimentos políticos --até 1988, momento em que realizará o seu trabalho, as experiências de mergulho etnográfico restringiram-se em estudos de comunidades. Em explícita coerência com o projeto de etnografia pós-moderna (originalmente deflagrada nos Estados Unidos, com o texto de Steven Tyler, no qual afirma a importância do distanciamento sem ocultar que, o distanciamento só se realiza se ele articula a distancia cultural à consciência do lugar de quem escreve a pesquisa), Hanchard formula uma crítica ao rigor científico positivista em ciências humanas (apontando para a noção de enunciação discursiva). Assim, Michael Hanchard, aproveita a conexão metodológica para demonstrar-nos com competência e paixão que o sujeito da pesquisa não é neutro; que ele é um cidadão dos Estados Unidos, que encarna uma perspectiva política que é parte da visão pan-africana do período pós-colonial e pós-moderno, cuja crença maior localiza-se na universal experiência da diáspora africana.

### **III – A Obra**

O livro encontra-se dividido em duas partes, contendo cada uma delas três capítulos. A primeira parte é denominada de Hegemonia Racial. Nela, Hanchard discute logo no primeiro capítulo os conceitos, as teorias e as metodologias em uso nos estudos raciais de viés latino e anglo-americano. É neste capítulo que o conceito e a discussão de hegemonia são introduzidos em meio à própria narrativa da experiência das lutas raciais no âmbito brasileiro. No primeiro capítulo, toda a démarche da obra é delineada, cujo principal esforço, portanto, é salientar o jogo da inclusão dos territórios

culturais e a exclusão sócio-política no cenário nacional como sintomas de um procedimento lusitano.

O segundo capítulo apresenta uma panorâmica da política racial contemporânea no Brasil e, tanto analisa diversos trabalhos de brazilianistas (Wagley, Pierson, etc), quanto o dos membros da Escola de Sociologia de São Paulo, a primeira a reduzir a exclusão social aos aspectos sócio-econômicos. O ponto alto do trabalho pode ser localizado na interrogação política que Hanchard formula, referente a alguns dos traços simbólicos que cultura brasileira, tidos como essenciais como a “tolerância” e a “cordialidade”. É neste interregno que o autor revela, de maneira crítica, o essencialismo presente nos argumentos dos intelectuais tradicionais e das elites brasileiras, qual seja, “a omissão da articulação entre o poder e a cultura como elementos cruciais a dominação racial relativamente tranqüila exercida pelas elites [...]: o poder e a cultura.” (58)

O coração da pesquisa encontra-se no terceiro capítulo. É o momento que o autor revela sua argúcia argumentativa discutindo um dos mitos mais consistentes do colonialismo luso-espanhol: o mito da flexibilidade do colonizador, que não fora tão rigoroso quanto o anglo-saxônico. O mito, apesar de não possuir solidez, foi inclusive, segundo o autor, absorvido pelos grandes líderes negros americanos, na década de 40, em especial Booker T. Washington e W.E.B. Dubois, o que colaborou para a propagação do mito da democracia racial brasileira nos Estados Unidos, a ponto de encontrar favorável apoio nos discursos de racionalistas negros (que postulavam radicalmente, a construção da nação negra Americana), como Henry Mc Neal Turner e o jornalista Cyril Biggs, os quais “defendiam a emigração para o Brasil como refúgio da opressão em sua terra natal” (70)

A investigação genealógica que Michael Hanchard empreende, com respeito à constituição do mito, é rica de referências para o leitor brasileiro, permitindo a organização de rigorosos elementos para a desconstrução da mais sólida e importante narrativa na mitologia social do brasileiro. Michael Hanchard identifica Freyre como o coroador da mitologia da democracia racial, sua crítica, portanto, não deixará de atingi-lo. É nesta cadeia de pensamento e na confluência de fatos onde se dá o tom desta narrativa social que a hegemonia, segundo Michael Hanchard, se arquiteta. Assim hegemonia, é entendida como causalidade histórica, como articulação e, não somente como evento discursivo ou atitudinal.

A segunda parte do livro examina as formas de identidade que se constitui na negação destas mitologias raciais e cognição social. Por isso, esta segunda etapa do livro é denominada ‘Negação e Contestação’. O quarto capítulo abre a segunda parte e investiga a construção da consciência racial na população negra. No quinto capítulo, “Movimento e Momentos” a prática política e a cultural são analisadas na sua intrinsecabilidade e, em decorrência, Michael Hanchard estende a compreensão deste único processo a partir dos vínculos da política afro-brasileira e sua vanguarda política e cultural com os grupos de esquerda e direita no Brasil. Aqui, novamente, um outro aspecto pioneiro da pesquisa de Michael Hanchard se revela. Ao abordar um tema até então considerado relevante somente no interior do Movimento Negro, ou em pequenos trabalhos que descrevem a atuação dos grupos de ação (conforme Boris Fausto o fez, na sua obra “Republica Velha”, ao reunir documentos e comentar a criação da FNB em 1930), Michael Hanchard integra as diferentes falas sobre a ação política do movimento negro nacional, em uma narrativa que nos revela a intrincada teia do movimento social pós-45. Deste modo, apresenta-nos um Movimento Negro consciente da problemática política e racial em sua articulação com os grupos da guerrilha urbana, fascistas,

marxista e a IV Internacional. Incluindo, ainda, a ação política do grupos culturais da imprensa negra e a formação do Movimento Negro Unificado (MNU).

O sexto capítulo toma o Centenário da Abolição da Escravidão no Brasil, em 1988, como um corte marcante na história do MNU. Neste último capítulo, Michael Hanchard revisita “as relações de poder entre as elites brancas brasileiras e os ativistas afro-brasileiros”, manifestadas na interface do Estado com a sociedade civil, nas interpretações da raça e do Estado e nas lutas internas do próprio movimento Negro, em torno das discussões sobre o significado das comemorações do centenário da Abolição.

#### **IV- O corpo como território de conhecimento e experiência**

Para a maioria dos pesquisadores das relações raciais no Brasil, o fenômeno de cognição social como, por exemplo, o da exclusão é conhecido em sua exterioridade e, conseqüentemente, a formulação da relevância do fenômeno se opera de maneira parcial, e não integral. Dito deste modo, a experimentação interior do fenômeno da exclusão de um outro, para a qual o sentimento e a percepção atuam como dispositivos e componentes cognitivos no processo de construção de um conhecimento da alteridade, não são considerados evidências do processos de interação social. De uma maneira geral, portanto, os relatos de vários pesquisadores tem revelado, sobretudo, a racionalidade instrumental dos argumentos em sua exterioridade, isto é, dos processos comunicativos (rituais e dramas) sob o ponto de vista do observador. Para estes pesquisadores, a inteligência emocional e reflexiva da experiência do eu-próprio se torna algo extemporâneo.

Ao pisar em terreno absolutamente conhecido pelo negro brasileiro, a partir de sua singular experiência, aspecto completamente exterior ao discurso regular acadêmico, o trabalho de Hanchard põem de cabeça para baixo este aspecto da exterioridade. Deste modo, ele mostra que o problema da cor da pele (esquecido, por conseguinte, como um problema corpóreo na sua nervura com o real) é importante como condição experiencial, ao permitir que o corpo do observador revele, na qualidade de um caderno-de-campo, um relato por intermédio da narrativa sensorial, das experiências ainda não experienciadas. É sob esta orientação, que o professor Hanchard descreve a sua experiência no espaço-público afro-brasileiro, conforme sua apresentação no primeiro capítulo de “Orfeu e o Poder”. É quando do encontro do ‘senso comum’ com a experiência cotidiana do negro brasileiro, que o autor prontamente identifica o “mal-estar” da condição de ser negro no Brasil, e transforma esta vivência na vertigem que o conduz a um ato de epifania, conforme ele próprio afirmou para este que lhes escreve, em uma conversa informal, no primeiro semestre de 2001, em Chicago: - “Naquele momento”, disse-me Hanchard, “por meio de um ato gestáltico, que se manifestou no meu corpo e fez doer a minha alma, eu entendi como se processa o racismo no Brasil e como deve se sentir o negro no Brasil”. Refiro-me, neste específico caso, àquela passagem unguida de revelação e descrita logo na introdução do livro, quando Michael Hanchard entra em uma drogaria no bairro do Flamengo, como um ordinário consumidor negro. Naquele exato momento, Michael Hanchard ingressava na dialética do público e do privado no cotidiano do negro brasileiro.

O evento ocorrera no momento em que Michael Hanchard concluía suas compras e preparava-se para deixar a farmácia, quando percebeu uma estranha movimentação de funcionários ao seu redor, enquanto, dois deles se dirigiam até a porta de saída. Aquela situação, por parecer-lhe estranha, provocou-lhe um estado de alerta total. Alguma coisa chamou a atenção da consciência-inconsciente (ou, dito de outro modo, da consciência implícita), em sua memória instalada pela história das lutas pelos

direitos civis nos Estados Unidos. Sem compreender claramente o que ocorria, Michael Hanchard percebeu que os funcionários estavam prontos para investigá-lo, como se ele fosse um suspeito ou criminoso potencial. Por fim, os vendedores refrescam a atitude de vigília e, também, o quase-cerco para ele montado, quando se dão conta de que Michael Hanchard não era brasileiro.

A natureza molecular desta experiência, isto é, a sua dimensão singular, microfísica, desinibiu a memória emocional de Hanchard, que, sendo assim, converteu-se em instrumento de uma identidade molar, diaspórica, e por isso mesmo motivara a comparação. Ao deixar a farmácia, o contra-senso daquela atitude tornou-se, imediatamente, em absurdo para quem se educou como originário e participante de uma cultura cotidiana onde, o orgulho da condição de negro é celebrado como parte da cidadania. Michael Hanchard, quase tendo sido submetido à humilhação de ser revistado ao sair da farmácia (situação que, em pleno ano de 2002, ainda é parte da rotina de muitas donas de casa e pessoas que aparentam serem humildes, mestiças, mulatas ou negras) foi salvo pelo sotaque, no momento em que o gerente do estabelecimento percebera que se tratava de um ‘gringo’.

## **V- Universalidade e Singularidade**

Mais uma vez, lamentavelmente, foi necessária a intervenção de um negro norte-americano para que nós, afrodescendentes brasileiros, pudéssemos rever a nossa própria rotina, estrondosamente banalizada pela violência física, simbólica e não-verbal do racismo cordial. Grosso modo, a experiência de Hanchard na farmácia, assemelha-se àquela de Katherine Durhan, dançarina e antropóloga americana que observara os movimentos dos corpos de martiniquenhos e haitianos, e, que, sob orientação de Melville Herskovits, o dileto aluno de Franz Boas (o fundador da antropologia americana), inaugurava a antropologia da dança. Durhan, quando em tournée pelo Brasil, em 1951, experimentara a fenomenologia da exclusão, ao lhe recusarem hospedagem em um hotel em São Paulo, pois, conforme lhe alegara o porteiro, a entrada de negros estava proibida naquele recinto. Ao gozar do privilégio de sua condição de estrangeiro, isto é, ‘negro’ não-brasileiro, Michael Hanchard foi absolvido da sua potencial culpa naturalmente evocada pela sua fachada, que como nos ensinou o micro-sociólogo Erving Goffman, ela se manifesta como aparência (cor-da-pele) e modo-de-ser (maneiras de gringo-negro). Diante de semelhante discriminação, a reação de Katherine foi imediata: denunciou publicamente o racismo brasileiro de 1951, no que redundou, posteriormente, na promulgação da Lei Afonso Arinos para punir atos de racismo, decorrente da discriminação social em hotéis. Pura atitude para inglês ver. A reação de Michael Hanchard foi mediata: etnografou o fato e transformou o evento em uma reflexão de si-mesmo no mundo das exceções, o carro chefe de seu projeto analítico sobre as práticas da hegemonia racial e a supremacia branca na construção do Brasil.

Assim, pela segunda vez, nos últimos 50 anos, um negro americano colabora com sua denuncia na conscientização da necessária democratização das relações raciais no Brasil. Como contrafato, ativa um pensamento (que significa menos a confirmação) de um certo imperialismo negro-norte americano, conforme nas análises das relações raciais no Brasil e fruto de um pernicioso vício: o anti-americanismo, engendrado pelas próprias elites aristocráticas e oligárquicas. Ora, os que insistem em apontar tal situação, como o fez Pierre Bourdieu e Louis Waquant em seu ensaio crítico à Michael Hanchard, deveriam sobretudo assumir o despreparo para compreender de maneira extensiva e gramatical, a dimensão global das experiências raciais e, conseqüente, a

força autopoética do jogo racial da diáspora africana. São os “sábios” da exterioridade comunicativa do fenômeno racial que desfocam a pragmática corporal da interioridade.

Caberia uma pergunta: Por que estrangeiros negros e não-brancos no cenário da formação racial brasileira, percebem mais facilmente os atos de racismo? Por que suas denúncias provocam avanços na consciência racial? Parece-nos que podemos introduzir duas assertivas: a primeira, é preciso que se reconheça, definitivamente, a existência de uma dimensão global da luta racial, que percorre todo o século XX e, cuja manifestação, sempre esteve presente entre os militantes brasileiros desde André Rebouças, no século XIX, passando por Correia Leite, Abdias do Nascimento no século XX, até os mais contemporâneos rappers e DJs. Iludem-se aqueles que pensam o movimento negro no Brasil como um fato recente, estanque e isolado. Pelo contrário, a experiência política dos afro-brasileiros percorre todo o século XX com profunda e singular estratégia. Daí, a importância do prognóstico de DuBois, sociólogo negro americano e principal elaborador de uma teoria crítica das relações raciais, ao anunciar, logo no despertar do século XX, que uma linha racial demarcaria a construção das experiências democráticas de todos os países ocidentais. Também, Jacques Lacan, o prestigiado psicanalista e filósofo francês, não deixou de se referir ao problema racial, para quem o futuro do mundo é o racismo. Fato que, não de outro modo, confirmou ser o problema racial o principal problema do século XX, e, comprovadamente, se torna o maior desafio para a paz mundial neste limiar do século XXI.

## **VI - Para concluir**

Michael Hanchard, reforça pioneiramente o lugar e a história dos movimentos de negros na luta democrática do Brasil, desmascara a estagnação das discussões sobre relações raciais, e, aponta para a conseqüente naturalização essencialista destas relações. E, assim agindo, Hanchard revela a engrenagem da hegemonia racial e suas reificações das hierarquias e das linguagens. Amplia-se o entendimento da perversidade provocada pela exclusão da maioria da população como elementos do jogo de poder.

Uma lacuna, entretanto, pode ser identificada neste trabalho e, diz respeito ao caminho que ele adota para se referir à inoperância das práticas culturais dos movimentos negros. Parece-nos, que, nesta matéria não existe uma apresentação bem equacionada no quadro teórico que Michael Hanchard desenvolve. A sua análise colapsa no interior da crítica do grupo militante que, no momento da pesquisa, década de 80, mantinha um ataque cerrado àqueles que militavam, exclusivamente, no campo da cultura e que tratavam a cultura como fronteira política. Michael Hanchard trabalha com o argumento da militância, e, por extensão, permanece na esfera da crítica sem que se verifique os efeitos de positividade daquela prática, a partir dos argumentos oferecidos pelos que se situam na esfera das práticas culturais ou, conforme denominação corrente, “culturalistas”. Aqui se incluiriam os religiosos, artistas populares, músicos, dançarinos e todos os que investiam na prática de performances como práticas de intervenção. Para que o quadro ganhasse em complexidade, o nosso querido amigo e irmão da diáspora, poderia ter revelado a materialidade da fala ‘culturalista’, e, a partir dela mesma, verificado o significado do culturalismo como proposição, identificando e explorando os efeitos políticos dos discursos culturalistas.

Se, Michael Hanchard tivesse revelado apenas frestas deste lado “oculto” e enigmático da prática racial brasileira e procurado compreender como a sua singularidade e projetos foram elaborados, certamente, novos elementos teriam emergido para que compreendêssemos, mais amiúde, a hoje chamada “revolução silenciosa”, promovida pela multidão de jovens rappers, que, com absoluta autonomia

da máquina midiática oficial, vendem até 500 mil cópias de CD, como no caso dos Racionais MCs. Poderia ter nos ajudado a compreender, um pouco melhor, a força política da música negra, que, ultimamente, a todos surpreende, bem como as novas formas de militância e protesto que se desenvolveram ao largo dos artistas e dos intelectuais tradicionais e, sobretudo, não nos surpreenderíamos com a prática dos chamados culturalistas que hoje, não somente criam um partido político, mas sobretudo, elaboram e comandam novas formas de empreendimentos, negócios e carreiras profissionais, contribuindo com a independência econômica e com a constituição de novas formas de perceber a condição do negro no Brasil.

Devemos fazer justiça a dois significativos aspectos que podem ser extraídos do livro “Orfeu e o Poder”. Primeiro, e sobretudo, trata-se do primeiro trabalho que, definitivamente, assegura um duplo engajamento do negro brasileiro: primeiro, na história da democracia no Brasil; segundo, na luta pela globalização da consciência da diáspora africana. Fato relevante, em especial, depois do jejum internacional que a luta anti-racista vive desde quando da existência do movimento da negritude e do pan-africanismo nos anos 50 e 60 respectivamente. Em seu trabalho, Michael Hanchard apresenta um elevado entendimento e estima pelas diferenças e semelhanças que a condição gerada pela consciência de ser negro na diáspora apresenta e, em especial, pelos aspectos relativos aos processos de articulação, fricção e mudança nas relações raciais no Brasil.

O segundo aspecto que devemos fazer justiça, diz respeito a atitude de Hanchard ao se tornar testemunha ocular de um dos momentos de significativas mudanças, que somente agora começam a ser pontuadas no Brasil. Trata-se de uma abordagem dialógica que estabelece um sólido casamento entre a exterioridade e a interioridade do movimento, além de reforçar um ponto de vista que introduz a idéia de formação racial no território brasileiro. Portanto, um olhar que captura com a mente e o corpo a experiência política do negro brasileiro, a partir de sua presença em duas cidades: São Paulo e Rio de Janeiro.

Ao postular sua tese da hegemonia racial e valorizar o movimento Negro como componente da luta pela democracia, Michael Hanchard oferece aos estudiosos da cultura negra, das relações raciais e aos militantes dos movimentos negros no Brasil, consistentes elementos para valorizar, confirmar e aprofundar os referidos projetos de pesquisa e poder. Transforma um movimento étnico em instrumento de mediação política e permite que nós, pesquisadores dos processos e fenômenos da comunicação, pensemos os movimentos culturais como comunidades comunicativas, conforme sugerira Niklas Luhmann.

Decerto, inúmeros pesquisadores brasileiros, brazilianistas e da militância dos movimentos negros no Brasil, aplaudirão este livro, fruto de exaustiva pesquisa de campo e inventário de acontecimentos do movimento negro durante o período de 1945 a 1988. Apropriadamente, poderíamos denominar “Orfeu e o Poder” de história do presente, conforme o próprio autor o fez, pela relevante colaboração em promover o entendimento do processo de formação e dinâmica das relações raciais, nesta nova conjuntura da formação racial no Brasil.

Trata-se, sem dúvida, de uma vigorosa intervenção acadêmica e preciosa colaboração política que, sobretudo, se distingue por apontar uma nova possibilidade de leitura dos movimentos negros e das relações raciais no Brasil. Uma outra leitura, realista e com atitude (para usar uma noção em voga entre os jovens rappers) onde o interioridade e exterioridade se complementam na constituição das evidências, e, principalmente, para além daquele olhar, digamos assim..., “cordial”, dissimulado e

cognitivamente colonialista, ainda o paradigma hegemônico nos estudos das relações raciais.